



MACEDO SOARES, AMÉLIA MINGAS E A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA TRANSATLÂNTICA¹

MACEDO SOARES, AMÉLIA MINGAS, AND THE TRANSATLANTIC LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY

Olga Coelho²
Eduardo Ferreira dos Santos³

Resumo: Este texto apresenta exercícios preliminares de análises historiográficas, com a finalidade de trazer ao debate um modo de trabalho em implementação. Esse modo de trabalho desenvolve-se no âmbito de um projeto coletivo de estudo da *história linguística transatlântica* e tem por metas gerais contextualizar documentos estratégicos para a compreensão dessa história e examinar, do ponto de vista da Historiografia Linguística, conceitos e termos nos quais o saber sobre as 'línguas' desse contexto tem se apoiado, a fim de evidenciar características que podem ser distribuídas em um eixo que vai do *eurocêntrico* ao *descolonial*. Pretende-se, com isso, contribuir para a reflexão sobre usos contemporâneos da (meta)linguagem. Neste artigo, contextualizamos e examinamos textos de Antônio Joaquim de Macedo Soares (Brasil, 1838-1905) e Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas (Angola, 1940-2019), ilustrando duas das estratégias de implementação da proposta.

Palavras-chaves: História Linguística Transatlântica; Historiografia Linguística; Terminologia.

Abstract: This paper presents preliminary exercises of historiographical analysis, with the purpose of exemplifying a way of working in implementation. This way of working is developed within the scope of a collective project for the study of *transatlantic linguistic history* and its general goals are to contextualize strategic documents for the understanding of this history and to examine, from the point of view of Linguistic Historiography, concepts and terms in which knowledge on the 'languages' of this context has been supported, in order to highlight characteristics that can be distributed on an axis that goes from the *Eurocentric* to the *decolonial*. It is intended, therefore, to contribute to the reflection on contemporary uses of (meta)language. In this article, we contextualize and examine texts by Antônio Joaquim de Macedo Soares (Brazil, 1838-1905) and Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas (Angola, 1940-2019), illustrating two of the implementation strategies of the proposal.

Keywords: Transatlantic Linguistic History; Linguistic Historiography; Terminology.

¹ Na preparação deste artigo, recebemos pareceres valiosos, que registraram concordâncias, discordâncias e, também, caminhos para a reelaboração ou para a continuidade de nossas reflexões. Nosso agradecimento às pessoas que os elaboraram com tanto respeito ao trabalho acadêmico e com tanta generosidade.

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. olgafc@usp.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3688-5627>

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – IHL/Campus dos Malês (UNILAB), São Francisco do Conde, BA, Brasil. eduardo@unilab.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9127-9235>

1. INTRODUÇÃO⁴

A ideia de um domínio histórico e linguístico transatlântico aparece em variados estudos, nos quais recebe maior ou menor destaque operativo. Nos estudos linguísticos, tem presença na articulação de propostas sobre a história ou a gramática da ‘língua portuguesa’ e do ‘português do Brasil’ (PB). Mendonça (2012[1933], p. 77), por exemplo, se reporta ao ‘português transatlântico’, por ele entendido como uma ‘variedade’ coesa que se ‘expande’ pelo oceano a partir da Península Ibérica. Mais contemporaneamente, Petter (2011) lida com o conceito de ‘contínuo afro-brasileiro’, assinalando ser necessário situar o ‘português brasileiro’ num quadro mais amplo, que inclui a comparação com as ‘variedades’ africanas, principalmente a angolana e a moçambicana (cf. Petter 2011, p. 269). Também em Negrão e Viotti (2012; 2020) se articula a ideia de uma história linguística dessa espacialidade complexa, desenhada e redesenhada em vários momentos, por diferentes sujeitos, em diferentes conjunturas.

O olhar para o domínio transatlântico, que intersecciona percursos históricos, parece potencializar reinterpretações dos modos como temos conduzido os estudos da linguagem e abrir um campo ainda pouco explorado de fenômenos e de correlações instauradas pelos contatos populacionais e linguísticos que nele se deram e se dão. Essas potencialidades se insinuam, por exemplo, quando percebemos que, em suas tendências mais destacadas no Ocidente, tem prevalecido, na Linguística, a ideia de que as ‘línguas’ são entidades discretas, reguladas essencialmente por mecanismos internos. Coelho e Finbow (2020) exemplificam essas tendências em casos formadores de consensos inaugurais na área, como a hipótese orgânica de August Schleicher (1821-1868) ou a noção saussureana de ‘sistema’.

Em nossa incursão historiográfica, pretendemos revisar a história conhecida e, principalmente, reconhecida, das ideias e das práticas linguísticas no domínio transatlântico, atentando para lacunas, ocultações, interdições, silenciamentos, invisibilizações. Pensamos que essas operações têm relação direta com um entendimento *norte-cêntrico* das línguas e dos falantes.

Em vista disso, na perspectiva da Historiografia Linguística, temos examinado modos de representação e codificação que as ‘línguas’ e os sujeitos participantes da *história linguística transatlântica* têm recebido, ao longo do tempo, em diferentes conjunturas. Lidamos com uma periodização e uma espacialização fluidas, no sentido de que elas se abrem, em um projeto pensado para a atuação coletiva, a diferentes temporalidades e espaços em que foram produzidos ou circularam documentos estratégicos para o entendimento (de parte) dessa história. Mais especificamente, estamos tentando:

- a. contextualizar documentos relevantes para a compreensão da história da reflexão e das práticas com as ‘línguas’ do domínio *transatlântico*, para reuni-los numa bibliografia crítica, à semelhança, por exemplo, do que fez Edith Pimentel Pinto com textos relativos ao PB (cf. PINTO, 1978; 1981);
- b. examinar termos e conceitos que os estudos linguísticos foram incorporando ao longo do tempo e que temos problematizado, pensando em sua adequação/inadequação como entidades metalinguísticas na contemporaneidade. Neste caso, interessam, prioritariamente, termos que apresentam muita

⁴ Procurando distinguir instâncias, usamos itálico para destacar termos e expressões que participam da articulação deste artigo e que, em alguma medida, são definidos ou contextualizados aqui. As aspas simples indicam unidades léxicas que podem vir a integrar o vocabulário proposto no projeto (v. adiante). As aspas duplas têm a função usual de marcar citações dentro dos parágrafos.

variabilidade referencial ao longo da história (ou segundo diferentes abordagens atuais), assim como os que ostentam marcas ideológicas incômodas para aqueles buscam o desenvolvimento de uma Linguística *descolonial*. Termos como ‘língua’, por exemplo, nas suas correlações, históricas ou atuais, com ‘dialeto’ ou ‘variedade linguística’, acionam tensões quanto a escalas de valores e preconceitos.

Pensamos que a pesquisa pode contribuir para a construção e o uso de (meta)linguagem mais afinada com propósitos democráticos, anti-racistas, anti-xenófobos, anti-machistas e anti-preconceituosos, o que nos leva a aventar a possibilidade de elaborar, ao final de um percurso coletivo de médio prazo, um vocabulário ou glossário *descolonial* da *história linguística transatlântica*. Trata-se de uma possibilidade em avaliação, dependente do andamento das etapas atuais do projeto e, por isso, não contemplada neste artigo. Aqui, preliminarmente, expomos análises relacionadas aos objetivos a. e b.

2. UM ESTUDO *DESCOLONIAL*

Temos caracterizado nossa pesquisa como *descolonial*, assumindo, ao lidar com a Historiografia Linguística subequatorial, a postura de atuar criticamente em relação à *modernidade/colonialidade* e ao *norte-centrismo* que ela legitima.

A *modernidade/colonialidade*, como nos alertam diferentes pensadores⁵, tem permitido a longa permanência, entre nós, de lógicas herdadas do colonialismo europeu, em diferentes domínios da vida, inclusive (e centralmente), no domínio do saber. Mignolo (2020) assinala, quanto à *colonialidade do saber*, que a própria emergência das ciências sociais, a partir do século XIX, está ligada a um enquadramento epistêmico iniciado na “segunda modernidade”, articulada, por sua vez, à segunda investida colonial europeia, posterior à ibérica. Essa segunda investida, amparada no iluminismo francês, na filosofia romântica alemã e na revolução industrial britânica, vai firmar o consenso de “universalidade” do saber construído a partir do norte global. Um tal consenso, evidentemente, leva à inferiorização e à desconsideração de outros enquadramentos epistêmicos, impondo obstáculos à “diversidade” do pensar. Maldonado-Torres (2016), também em atenção à *colonialidade do saber* na esfera acadêmico-científica, acrescenta que

[...] a universidade ocidental e as disciplinas acadêmicas não só refletem a formação do mundo dividido pela linha secular entre o chamado [âmbito] religioso e o âmbito público e do Estado-nação, senão que também refletem o que pode ser chamado – seguindo W. E. B. Du Bois – uma “linha de cor”, também de larga duração, entre o mundo europeu tipicamente aludido pela categoria de *humanitas* e pelas humanidades e o mundo de comunidades colonizadas e desumanizadas, tipicamente aludidas com o conceito de *anthropos*. (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 76)

A “linha de cor” – precocemente tematizada, sob diferentes perspectivas, por autores como Du Bois (2007[1903]), Fanon (2008[1952]) e Ramos (1957) – torna a *branquitude* uma condição de poder e privilégio nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial. No plano do saber, sobre o qual nos debruçamos, ela cria e naturaliza

⁵ Ver, entre outros, Quijano (1999); Grosfoguel (2007); Mignolo (2008; 2020); Maldonado-Torres (2011; 2016); Restrepo e Rojas (2010); Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020).

uma separação entre os que estão autorizados a analisar, nomear e definir o outro e esse outro objetificado (analisado, nomeado, definido)⁶.

Pensar a partir do sul global, e com ênfase nos que podem ser aludidos pelo conceito de “anthropos”, desenha o nosso viés. Queremos intervir num específico estado de coisas derivado de nossa experiência colonial. Essa intervenção pode ser muito pequena, tanto porque o resultado pode ser apenas um pequeno glossário que circule e seja debatido em circuito restrito, quanto porque se trata de uma proposta que nasce na academia – esse lugar, como vimos, estruturalmente marcado pela *modernidade/colonialidade*, que participa intensivamente, como sabemos, das lógicas de exclusão cognitiva, social, econômica, biológica que se forjaram na ordem colonial. Este é um lugar em que, com muita facilidade, se escamoteia a dimensão política do conhecimento e se desenvolvem práticas ensimesmadas. É valorizado o diálogo nas redes de pesquisa, entre os pares, que avaliam os saberes a partir de parâmetros *norte-cêntricos*, de suposta universalidade, e são desvalorizadas as ideias e práticas que se desviam desses parâmetros, como aberturas para a diversidade (cf. MALDONADO-TORRES,2020; BAPTISTA,2022; ALMEIDA,2022).

Paradoxalmente, esse lugar contraditório em que nos localizamos é capaz de nutrir de um modo único o diálogo na sociedade como um todo (i.e., com movimentos sociais e políticos, com coletivos, com pessoas que desejem discutir o poder de inclusão e de exclusão da linguagem e do saber), como temos visto no embate sanitário brasileiro atual, que projeta ‘cientistas’ (em sentido lato) como norteadores de atitudes públicas e individuais, ou com as práticas linguísticas relacionadas ao chamado gênero neutro, que têm, em alguns circuitos, contado com linguistas, antropólogos e sociólogos como moderadores do debate social. Entendemos, pois, que o espaço acadêmico pode ser um lugar de resistência e de contribuições diferenciadas, apesar de todas as contradições que ele abriga; um lugar, assim, apropriado para conter o “epistemicídio” (cf. ALMEIDA, 2022) promovido pelo discurso hegemônico. Em vista disso, vemos nossa pesquisa como uma forma possível de participação mais ativa numa cena político-cultural que pode ser mudada.

2.1 Descolonial, decolonial

No processo de criação deste lugar de pesquisa, temos meditado sobre epistemologias *descoloniais* (*decoloniais* e *pós-coloniais*), tal como mobilizadas em Lander *et al.* (2005); Castro-Gomez e Grosfoguel (2007); Mignolo (2008; 2010; 2020); Santos e Meneses (2010); Grosfoguel (2011); Antonacci (2015); Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), entre outros. Há um debate em torno dos próprios termos *decolonial*, *descolonial*, *pós-colonial* (e derivados); alguns dos textos citados apresentam taxionomias e definições refinadas para os usos preferenciais em cada abordagem, por exemplo, conceituando *descolonização* como o processo político oficial que desfaz a estrutura colonial (assim, com as declarações de independência dos países americanos, a estrutura política e administrativa oficial que sustentava aquela ordem foi substituída por outra) e *decolonização*, por sua vez, como uma *atitude* de embate e resistência à *colonialidade* (conjunto de heranças da ordem colonial), que pode ser encontrada em qualquer momento histórico.

⁶ Publicações recentes – como Cardoso (2008), Alves (2010), Jesus (2012), Bento e Carone (2014), Lopes (2020), Botelho (2022), Nascimento (2020; 2021), entre outros – têm encaminhado, em análises verticalizadas de conjunturas brasileiras, o complexo debate sobre o racismo. Esse é um dos temas que perpassam este estudo e que devem encontrar articulações, centradas na metalinguagem, mais amadurecidas conforme a pesquisa se desenvolva.

Essa discussão é do nosso interesse, entre outros aspectos, porque guarda paradoxos, como os que marcam, ao menos na história dos estudos linguísticos que temos podido acompanhar, o pendor para taxionomias e categorias rígidas, fundadas num pressuposto (e na busca recorrente) de nitidez conceptual e terminológica do saber científico. Temos optado pelo prefixo *des-* (também preferido em MIGNOLO, 2008, 2020), que nos parece estabelecer uma oposição mais evidente a *colonialidade* em português. No entanto, é uma preferência negociável, se vier a causar ruídos desnecessários ao debate de que desejamos participar. O que se mostra mais importante para nós é compartilhar desta compreensão ampla formulada por Bernardino-Costa *et al.*:

A longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo deu origem a uma ideia de universalismo abstrato, que marca decisivamente não somente a produção do conhecimento, mas também outros âmbitos da vida cotidiana: economia, política, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc. Em todas essas esferas, nesses mais de 500 anos de história colonial/moderna, os modelos advindos da Europa e de seu filho dileto [...] são encarados como o ápice do desenvolvimento humano, enquanto outras formas de organização da vida são tratadas como pré-modernas, atrasadas e equivocadas [...]. O chamado universalismo abstrato é um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica. [...] Ao contrário desse conhecimento desincorporado e sem localização geopolítica, o projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento [...]. (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2020, p.12-13).

Na Historiografia Linguística, as tentativas de romper com a lógica da *modernidade/colonialidade* encontram dificuldades como a de fazer ressaltar a intelectualidade subequatorial e, nesta, as mulheres, pessoas pretas, indígenas, LGBTQIA+, estrangeiras, socialmente periféricas, quando se pensa na produção de conhecimentos sobre as línguas e a linguagem. Para enfrentar barreiras como essa, propomos as seguintes estratégias:

1. Examinar a documentação produzida por participantes de grupos menos prejudicados em sociedades de origem colonial, retomando essas fontes a partir de questões *descoloniais*. No presente exercício, examinamos um texto produzido por Joaquim Manuel de Macedo Soares (1835-1905), homem branco inserido nas estruturas do poder público brasileiro no século XIX, que se dedicou ao estudo de línguas indígenas e africanas. As perguntas aqui são: sendo esse o perfil de autoria mais comum no contexto *transatlântico* (homem, branco, presumivelmente heterossexual, pertencente às elites locais), por que caminhos é possível enxergar, nessa documentação, aspectos da *história linguística* de indígenas, pretos, estrangeiros, mulheres? Por que caminhos é possível reler essa documentação, buscando nela esses outros objetificados?⁷
2. Trazer à cena principal a maior quantidade possível de trabalhos com a ‘linguagem’ e as ‘línguas’ elaborados por sujeitos de corpos e lugares de fala periféricos, ocultados ou desprestigiados. Por exemplo, retomando certos casos, na história dos estudos linguísticos, de afro-brasileiros inseridos, às vezes sem

⁷ Os trabalhos de Stolze (2021) e Silva (2020) são importantes exercícios nessa direção. Ambos se debruçam sobre a *Obra nova da Língua Geral de Mina*, de Antônio da Costa Peixoto. O primeiro estudo procura firmar a ideia de autoria coletiva do texto, ressaltando marcas da cooperação de sujeitos-informantes e alguns dados linguísticos que desvelam a perspectiva africana no documento. O segundo refuta hipóteses historiográficas que desqualificam a descrição linguística feita ali, e, por meio do exame de tópicos de sintaxe, argumenta que a língua geral de Mina tinha uma gramática essencialmente Gbe, com inovações advindas de processos de competição e seleção de traços ocorridos na ecologia de contato na região

menção ao fato de serem pretos, na historiografia tradicional, como Hemetério José dos Santos (1858-1939), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) e Antenor Nascentes (1886-1972). Ou o caso Amélia Mingas, autora angolana mais adiante trazida a este exercício. As perguntas aqui são: considerando esses sujeitos a partir de seus corpos e lugares de fala, o que pode mudar na interpretação historiográfica tradicional dos seus estudos? Do ponto de vista dos imaginários e também da representatividade, considerada a “linha de cor”, o que poderia significar difundir, por exemplo, capítulos de história preta da linguística?

3. Expandir a documentação tradicionalmente privilegiada pela Historiografia Linguística. Há uma série de possibilidades de expansão da documentação em direção a outros domínios, tanto de feição metalinguística quanto de feição epilinguística (cf. a operacionalização proposta em AUROUX, 1992). Aqui pensamos, por exemplo, na retomada de materiais *paralinguísticos* (sinteticamente, de outras áreas do conhecimento) e *epilinguísticos* (sinteticamente, intuitivos ou menos formalizados, sem relação com um referencial epistemológico ou teórico considerado científico). A pergunta aqui é: o que os chamados não especialistas têm a dizer sobre essa história linguística de que participam?

2.2. Exercício com a estratégia 1: relendo um documento da elite imperial brasileira

Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905) foi um alto magistrado e político carioca, maçom, estudioso de uma gama variada de assuntos, que publicou uma quantidade considerável de estudos lexicográficos especialmente voltados para o que chamou de “vocabulário brasileiro”. Homem branco de família influente e pessoalmente reconhecido por suas habilidades profissionais e intelectuais, parece ter experimentado contradições comuns⁸ entre as pessoas de sua posição social que se assumiram como humanistas no século XIX na corte. Registros biográficos ressaltam, por exemplo, suas convicções republicanas e abolicionistas, que, entretanto, se misturam a opiniões explicitamente classistas e racistas, como exemplificaremos adiante. No trabalho lexicográfico, defendeu posições conservadoras quanto às dinâmicas de contato humano e linguístico, ao mesmo tempo em que as tomou como movimentos “naturais” e inevitáveis de mudança no PB. Nessas investidas nos estudos linguísticos, pôs em relevo temas incômodos em seu circuito intelectual, tais como:

- a hipótese de o PB ser um ‘dialeto’ da ‘língua’ portuguesa, noção que, no seu entendimento, implicava reconhecer um rebaixamento (linguístico, social e racial), resultante das relações (já consumadas e em andamento) entre brancos, indígenas, africanos e outros estrangeiros;
- línguas africanas presentes no Brasil e formas de falar o PB de africanos escravizados e “da gente da sua laia”;
- de forma indireta, atividades culturais e religiosas das pessoas escravizadas, libertas e livres dos baixos estratos sociais, pontuando segregação e preconceitos.

Macedo Soares elaborou uma série de ensaios e sínteses lexicográficas, de 1874 até o final daquele século, e iniciou a composição do *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, publicado em fascículos apenas até a letra C enquanto o autor vivia. Seus

⁸ Ao ressaltar essas contradições, não pretendemos escrutiná-las a partir de lentes atuais, mas situá-las como um formante persistente da nossa *colonialidade*.

estudos lexicográficos sob a forma de ensaios e artigos foram reunidos postumamente em livro, assim como o dicionário foi continuado e publicado também no século XX.

O artigo selecionado para este exercício, “Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala hoje no Brasil”, saiu na *Revista Brasileira* em 1880, dando sequência a três de seus “estudos lexicográficos do dialeto brasileiro” anteriores publicados no periódico. O texto apresenta uma divisão entre um fragmento inicial de viés mais etimológico e ensaístico e uma composição lexicográfica mais enxuta, que contém uma sequência de verbetes heterogeneamente comentados, no final.

O autor assina o artigo em Mar de Espanha (Minas Gerais). Menciona, nesse texto e em outros, as cidades do Rio em que esteve ou viveu (Rio Bonito, Araruama, Saquarema, Arraial do Cabo, Cabo Frio, além da Corte), algumas do Paraná (Guarapuava, São José do Campo Largo) e Mar de Espanha, em Minas. Ele também registra que estudou em São Paulo (no Largo de São Francisco). Essa mobilidade, associada a um conhecimento considerado efetivo da linguagem realmente “falada no Brasil” (porque adquirido *in loco*⁹ e examinado em conformidade com a produção de estudiosos europeus), é um dos elementos que cooperam para a construção do seu perfil de conhecedor diferenciado do PB.

Mostraremos, a seguir, no artigo, modos de lidar com o que chamamos acima de temas incômodos presentes em sua obra lexicográfica. Nem todos esses temas são explorados nessa fonte com o mesmo nível de aprofundamento. Mas se trata de uma espécie de texto-síntese das reflexões que o autor (integrado à “humanitas”) desenvolveu. É um dos textos em que mais bem conseguimos mapear tensões da *modernidade/colonialidade* daquela conjuntura, inclusive tensões que apontam para a perspectiva do “anthropos” (os escravizados e o “povilêu”) estudado por Macedo Soares.

2.2.1 O ‘dialeto’ brasileiro

Macedo Soares acreditava na centralidade do léxico na estrutura das ‘línguas’, propondo-se, por isso, com suas análises, a “arrancar dos nervos da palavra a força vital da língua”. E é nesse nível de articulação linguística que ele enxerga um movimento mais intenso de diferenciação do PB em relação ao Português Europeu:

- (a) Um estudo completo dessas vozes d’África e das tribus indígenas do Brazil seria trabalho, além de curioso, de evidente utilidade, para se conhecer não só a influencia que exerceram sobre a nossa sociedade os elementos negro e indiano, como também a direcção que vae seguindo a lingua portugueza falada no Brazil em comparação com a falada na metrópole. Muitas dellas são ainda communs a Portugal e ao Brazil; algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brazil pelas transformações dialectaes que denunciam o progressivo desenvolvimento de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o *lexicon* brasileiro não há de ser mais o *lexicon* portuguez. (MACEDO SOARES, 1880, p. 270).

⁹ Além da própria vivência, no artigo também é mencionado o envio de uma carta a um parente para que questionasse escravizados em sua fazenda sobre hipóteses etimológicas. Os fragmentos acabam por conferir a esses ‘outros’, em estudo, a última palavra no debate (ainda que recolhida pelo familiar, compreendida e retransmitida pelo autor). O julgamento linguístico desses africanos é tomado como irrefutável e se articula a uma certa ideia de método científico, a qual se lastrearia na empiria. Voltaremos, adiante, a concepções do autor sobre o trabalho científico possível com ‘línguas’ africanas e indígenas.

Essa diferenciação inevitável, por meio da qual o PB se alinha ao “progressivo desenvolvimento de todas as línguas”, vai impor dificuldades classificatórias dentro do quadro de referências disponível para o autor:

- (b) Temos muitas vezes, no correr deste escripto, falado em *dialecto brasileiro*. Cumpre observar que não **apurámos o valor científico da palavra *dialecto***. Si entendermos por *dialecto* a linguagem derivada da lingua geral de uma nação e particular a uma cidade ou provincia, o brasileiro não é dialecto do portuguez. Por outro lado, a expressão *lingua brasileira* nos parece demasiado pretenciosa, si se quer com ella distinguir o portuguez falado no Brazil, modificado pelo clima, pela natureza ambiente, pela influencia dos elementos africano e indiano, das relações commerciaes, etc, do portuguez falado em Portugal. Empregamos como mais modesta a outra expressão, que é ao mesmo tempo menos incorrecta, e dá bem a entender que nos referimos ao movimento dialectal que visivelmente se está operando na linguagem nacional (MACEDO SOARES, 1880, p. 270-271, grifos nossos).

O problema real para Macedo Soares é como mostrar o afastamento do PB do português europeu e como categorizar o PB numa escala pontuada pelos termos ‘fala’-‘linguagem’-‘dialecto’-‘língua’, sem deixar de assinalar que ele segue o desenvolvimento de “todas as línguas”¹⁰. ‘Dialecto’ é o termo mais usado nos textos do autor (cf. COELHO, 2008, 2012), consideradas as ressalvas do fragmento. Processos nomeados como ‘modificação’, ‘influência’, ‘movimento dialectal’ resultariam de fatores climáticos, sociais, econômicos, raciais.

Aparentemente sem um interesse inicial por elas, o autor acaba realizando estudos irregulares de ‘línguas’ africanas para melhor compreender o que estaria acontecendo como o PB em sua época. A incorporação de itens lexicais dessas ‘línguas’ é um dos fenômenos que firmam sua convicção na centralidade dos contatos – entre outros determinantes externos – para os processos de variação e mudança no PB que pôde registrar no século XIX, principalmente a partir do Rio de Janeiro.

As expressões ‘elemento africano’, ‘elemento indiano’ aparecem não apenas neste texto, e são incertas, na maioria das vezes, em relação à referência (aos sujeitos? às entidades linguísticas? aos dois?). Integram um processo em que teriam se forjado tanto a sociedade quanto o ‘dialecto’ local.

2.2.2 Línguas africanas e o PB dos escravizados e da gentilha

Como as configurações raciais, ambientais e econômicas teriam sido, como vimos em (b), decisivas para desencadear o “o movimento dialectal que visivelmente se está operando na linguagem nacional” (MACEDO SOARES, 1880, p. 271), o autor estuda línguas indígenas e africanas em busca de explicações para o novo quadro, já que, exceptuando-se as condições ambientais, as demais teriam emergido da presença “dos elementos africano e indiano”. Essa busca o leva a duas operações fundamentais: distinguir ‘usos’ típicos do PB em comparação com o PE e situar as ‘contribuições’ africanas entre os ‘usos’ mais baixos.

- (c) No estudo que acerca da palavra *Emboaba* inserimos nesta Revista, tivemos ocasião de dar uma lista de termos africanos, importados principalmente do bundo e do congo para o portuguez, e mais ainda para o brasileiro, onde estão quasi todos

¹⁰ Adiante, veremos que ‘línguas selvagens’ não pertencem a esse conjunto.

consagrados **pelo uso popular**. (MACEDO SOARES, 1880, p. 243, grifos nossos)

- (d) Bunda: nádegas. Moraes presume que venha de *binda*, t. d'Angola (?); mas no angolense a palavra é tal qual no português. Item, fem. de *bundo*, angolense, natural do reino de Ànbonde ou Angola. Figur., “escrever em lingua bunda”, escrever em português mascavado; “falar lingua bunda”, **falar mal o português, de modo ininteligível**, inçando-o de termos e phrases estrangeiras. (MACEDO SOARES, 1880, p. 260, grifos nossos)
- (e) Curia: comer; **só entre os negros e a gentalha**. Do bundo *cúvia*. (MACEDO SOARES 1880, p. 261, grifos nossos)
- (f) Guzo: força. T. bundo *nguzu*. **Usado só entre os negros e gente de sua igualha**. (MACEDO SOARES, 1880, p. 262, grifos nossos)
- (g) Candonga: “lisonja enganosa, carinho falso”, dão os lexicos; “mexerico, intriga”, temos **nós ouvido entre os negros e gente baixa**. Adj. *Candongueiro*; v. *candongar*, mexericar. (MACEDO SOARES, 1880, p. 261, grifos nossos)

A adjetivação (“gente baixa”, “gente de sua igualha”) põe esses falantes do ‘português popular’ em grupos inferiores ao do descritor. Por sua vez, o emprego de ‘negros’ e não de gente negra (em paralelo a “gente baixa”) subdivide o estrato mais baixo da sociedade entre “gente” e “negro”. De fato, há referência reiterada a um estrato intermediário entre os escravizados e a elite branca. É nesse nível social (racial?) e linguístico pensado como intermediário que a ‘contribuição’ africana para a formação do ‘dialetto’ estaria se difundindo, ficando preservada dessas ‘contribuições’ uma suposta ‘língua’ da “gente culta” (p. 245), por hipótese mais próxima da ‘língua’ da metrópole.

A distinção entre os registros ‘culto’ e ‘popular’ com que a linguística opera, por vezes, com naturalidade, vê-se, em Macedo Soares, tão marcada quanto aquela que apontamos inicialmente para a rede terminológica que contém ‘língua’, ‘dialetto’, ‘linguagem’, ‘fala’, ‘uso’, requerendo nossa atenção, assim como os modos de referência aos processos investigados (‘derivação’, ‘contribuição’, ‘influência’, ‘movimento dialetal’).

Da perspectiva dos grupos inferiorizados no texto, fica presumida a persistência no uso de itens lexicais malvistas pela elite, a ponto de firmar uma parte deles no vocabulário comum do PB, como é o caso de “bunda”. De algum modo, a palavra se impôs, àquela e a outras conjunturas, e resiste no vocabulário do PB até hoje, mesmo que ainda marcada por tabus (que, por exemplo, ensejam substituições como “bumbum”, em alguns contextos).

Outros dados interpretados como lexicais pelo autor completam sua percepção da heterogeneidade linguística. Uma heterogeneidade em que também vemos resistência (conduzida intencionalmente ou não pelos que adquiriam o PB) a um ideal de fala da “gente culta”:

- (h) Ji: muito commum como artigo plural entre os negros falando o português. Os congos adoçam em *zi* o *ji* dos angólanos. *Jimbranco*, *zimbranco*, *cojimbranco*, os brancos, dizem elles nasalizando o *b*.[...] (MACEDO SOARES, 1880, p. 263)

Há, ao longo de todo o documento, tensões latentes entre oralidade/escrita, usos comuns/usos específicos (periféricos), léxico/gramática. Chamamos de latentes porque ficam, quase sempre, sem nomeação ou desenvolvimento argumentativo dentro do aparato teórico-descritivo de que o autor parece dispor.

A partir desse aparato, as ‘línguas’ africanas e as indígenas são qualificadas como inerentemente confusas, primitivas e, portanto, menos obviamente capturáveis pelos instrumentos “científicos” aceitos em seu círculo intelectual:

- (i) E duvidamos que dos processos etymologicos applicados pelos lingüistas aos idiomas litterarios, mais ou menos cultos, antigos e modernos, da Ásia e da Europa, se possa fazer emprego em línguas selvagens, sem historia, atravez da qual se estude as transformações de cada palavra. Aqui, a analogia do som, da fôrma e do significado dos vocábulos é talvez a única lei a seguir. Etymologia rudimentar, não etymologia scientifica, convimos; mas qual outra será possível? Onde procurar a razão philosophica e histórica do estado actual de *aba*, *cabello*, e *abá*, homem? Comtudo, estas palavras devem ter soffrido metamorphoses importantes, porque o abanee, como todas as línguas, deve possuir seus animes, que totalmente desconhecemos; deve ter soffrido os efeitos da alteração phonetica e da renovação dialectal. (MACEDO SOARES, 1880, p. 256-257)

É perspicaz a percepção de inadequação e limitação dos modelos, embora eles não sejam questionados, mas sim as “línguas selvagens”, que vão impor ao cientista uma abordagem “rudimentar”. A abordagem rudimentar, vista como processo necessário de calibragem (universalista), terá o mérito colocar a “razão philosophica” e a evolução linguística “selvagem” dentro dos parâmetros da razão (europeia).

2.2.3 *Flashes de uma ecologia*

Como vimos, em especial na seção anterior, o racismo e o classismo integram naturalmente o texto, como parte da argumentação especializada aceitável naquele contexto de produção.

Aqui, insistimos, a partir de mais alguns fragmentos, na forte articulação promovida no documento entre as questões raciais, linguísticas e socioculturais:

- (j) No Brazil [*samba*] não é outra cousa, tomada a palavra na sua popular e genuína accepção: é a dança sagrada dos feiticeiros, dos curandeiros, dos rezadores de quebrantos e olhados, dos dispensadores da fortuna. **Nós, a gente culta, damos, com o desprezo da indiferença ou da repugnância, o nome de *samba* a qualquer dansado dos negros, ou dos brancos que se deitam na esteira delles; os negros, porém, e o povileu que em sua companhia communga na mesa do pae *Quimbombo*, o sacerdote e medico, esses não confundem.** O *samba* é a dança ritual, a dança da reza; a profana, o baile, o mero divertimento, é o *batuque*, o *lundu*, o *jongo*, o *xiba*, ao som da *púíta*, e da *zabumba*, e do *ricungo* (2) e do *tamboril* de pandeiro. (MACEDO SOARES, 1880, p. 245, grifos nossos)
- (k) Alem das palavras africanas que acabamos de estudar, ha um sem numero doutras, populares no Brazil, demonstrando que o elemento negro não deixou de contribuir, posto que mais parcamente ainda que o indio, para a formação do dialecto brasileiro. E que mais podia fazer, **attenta a inferioridade da raça, e**

sobretudo, já não a inferioridade, mas aprofunda baixeza de sua miserrima condição social? (MACEDO SOARES, 1880 p. 258-259, grifos nossos)

Trechos semelhantes aludem a questões religiosas e outras manifestações culturais que, a despeito do “desprezo”, “indiferença” ou “repugnância” da “gente culta” da época, resistem como expressões culturais e têm seus nomes (originais?) inseridos no vocabulário do PB.

A ideia de ‘contribuição’ parca na língua (v. item (k)) merece investigação mais detida. Uma parte dessa investigação mais verticalizada está presente em Petter (2011) e Negrão e Viotti (2020), citados na introdução, que apontam novas estratégias para lidar com a temática.

Outro ponto a assinalar é que as interações sociais e linguísticas mencionadas no artigo parecem destoar da ideia bastante difundida de impossibilidade/dificuldade de intercompreensão entre falantes de diferentes línguas africanas traficados ao Brasil (inclusive apontada como resultante do engenho dos colonizadores para neutralizar articulações e revoltas). Algumas passagens assinalam a comunicação linguística entre eles e também deles com falantes do ‘português’ (como visto na seção anterior) e de outras línguas presentes nas ecologias locais:

- (l) Notem que não estamos aqui fazendo etymologia; não é nenhum processo philologico, não é a restituição histórica de uma palavra às suas origens, remotas no tempo e no espaço. Nada disto: nossa tarefa se limita a simples indagações de critica lexicographica; e demais versa sobre palavras que evidentemente não são portuguezas, nem vieram do castelhano, nem procedem da lingua geral dos Índios do Brazil, ou desses outros idiomas brazilicos de que possuimos vocabulários mais ou menos exactos, mais ou menos completos. São vocábulos africanos vivos; vivos aqui e n'África: introduzidos no Brazil em tempos históricos, e que não vão distantes; **falados, ou pelo menos entendidos**, por centenas de milhares de negros, dos quaes parte os articularam n'Angola ou no Congo, parte os tem ouvido da boca de seus paes, parte os vão reconhecer na tradição immemorial da fazenda de seus senhores. (MACEDO SOARES, 1880, p. 245, grifos nossos)

Além dos dados linguísticos, estão, como vimos, salientados nos trechos citados outros aspectos relacionados às pessoas e aos seus modos de vida. Vemos referências a grupos de africanos presentes no sudeste do Brasil no período, formas de comunicação e níveis de intercompreensão, desenhos sociolinguísticos mais complexos que o dual “senhor”-escravizado. Há, pois, nesse documento, várias camadas de interesse para a exploração da complexidade dos contatos e de seus efeitos, no momento em que se começa a registrar, nos estudos linguísticos brasileiros, variação e mudanças relativas ao PB.

2.3 Exercício com a estratégia 2: visibilização de outras histórias

Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas (1940-2019) é natural de Angola, da cidade de Luanda, tendo ocupado boa parte de sua vida laboral no campo acadêmico e político. Na política, Mingas foi membro do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), com participação ativa no partido no período de 1960/1970, inclusive durante a Luta de Libertação, que buscava a independência angolana contra as forças armadas portuguesas.

No âmbito acadêmico, Mingas iniciou seus estudos na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, onde se licenciou em Filologia Germânica, em 1981. Pela Universidade Paris V, em 1987 e 1988, recebeu o título de maitrese, respectivamente, em Linguística Geral e Aplicada e em Sociolinguística. Posteriormente, em 1995, é concedido o título de doutora, após realizar a descrição da língua iwoyo.

Sua atuação profissional está intrinsecamente ligada, mas não restrita, às discussões sobre as línguas nacionais angolanas, a língua portuguesa em Angola, normatização do português, política e planejamento linguísticos. Essa atuação em importantes e diversificados temas a qualificaram, por exemplo, a ser a responsável pela cadeira de Linguística Bantu, na Universidade Agostinho Neto, de 1998 a 2019, à função de Diretora Executiva do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, de 2006 a 2010. De sua produção acadêmica, que inclui livros, artigos e diversas conferências ao redor do mundo, selecionamos fragmentos relativos a dois momentos diferentes das reflexões da autora sobre o português angolano, registradas nos textos: “Português em Angola – Reflexões” (comunicação/artigo do VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa (Macau/1998) e no livro *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda – 2000[1988]*.

Em *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, temos o resultado da tradução de seu trabalho desenvolvido para a obtenção de seu mestrado em Ciências da Linguagem, entre 1987/1988, na Universidade de Paris V, sob supervisão de Louis-Jean Calvet, e que é publicado em 2000. Na obra temos uma descrição de alguns aspectos linguísticos que caracterizam o português falado em Luanda, capital de Angola. Logo na introdução, notamos o que consideramos ser o ineditismo do trabalho de Mingas e que estará presente em seus outros trabalhos, além de influenciar a produção de outros linguistas. Ao privilegiar a interferência da língua quimbundo no português falado em Luanda, segundo Mingas:

- a) Esta escolha permite-nos distanciarmo-nos do grupo de analistas que se caracteriza pela tendência de considerar somente as interferências das línguas dos colonizadores na dos colonizados, ou as influências das línguas de grande difusão nas línguas minoritárias e quase nunca o contrário (MINGAS, 2000, p. 23).

Neste fragmento, destacamos termos como ‘interferência’/‘influência’/‘difusão’, como formas de interpretação do processo em foco, que se firma como um processo de mão-dupla, de mudanças nos dois conjuntos em interação numa ecologia. E termos como ‘línguas dos colonizadores’/‘colonizados’/‘minoritárias’, por sua vez, reforçam o argumento de que as ‘interferências’ e ‘influências’ (que são mútuas e não unilaterais) entram num jogo de forças que extrapola o campo das relações intralinguísticas, intrassistêmicas. Essa percepção, marcadamente *descolonial*, rompe conscientemente um paradigma (veja-se a consciência da autora quanto a essa ruptura político-cognitiva).

O texto “Português em Angola – Reflexões” é elencado como a primeira produção na categoria artigo de Mingas, resultante de sua comunicação no VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, em Macau, no ano de 1998. Conforme o título da apresentação explícita, Mingas apresenta um panorama da ‘língua portuguesa’ em Angola e sua relação com as ‘línguas nacionais’, incluindo a discussão sobre o ensino e políticas linguísticas para Angola. Chama a atenção, contudo, a discussão de Mingas para “uma nova realidade” no país: o ‘português de Angola’. Assim, podemos notar como a autora desenvolve, nesse intervalo de dez anos entre as duas produções, formas de nomeação mais particularizadas e incisivas para o português nativizado que surge em Angola. Os dois fragmentos seguintes nos permitem observar uma mudança de perspectiva da autora

sobre o estatuto da ‘língua’ (que pode ou não ter sido acompanhada de uma mudança nas configurações do PA):

- b) a obra tem como objeto uma abordagem descritiva das características de **uma variante da língua portuguesa em África**, nomeadamente o **português falado em Angola**, mais precisamente em Lwanda, a capital (MINGAS, 2000, p. 15-16, grifos nossos).
- c) [...] do aparecimento de uma **nova realidade linguística em Angola**, a que chamamos o “**português de Angola**” ou “**angolano**”, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o “**angolano**” apresenta já especificidades próprias, que tentaremos analisar de seguida. Pensamos que, no nosso país, o “**português de Angola**” sobrepor-se-á, seguramente, ao “português padrão”, como língua segunda dos Angolanos (MINGAS, 1998, p. 10-11, grifos nossos).

Enquanto, no primeiro fragmento, Mingas se refere a “uma variante da língua portuguesa em África” e a “um português falado em Angola”, no segundo, a autora, embora com o uso de aspas (cujo valor ainda devemos investigar), emprega ‘português de Angola’ ou ‘angolano’, em oposição ao que denomina ‘português padrão’ (supostamente mais conservador em relação ao primeiro e em desvantagem na disputa do lugar de ‘língua’ segunda dos angolanos). Ou seja, no texto de 2000 (1988) há apenas uma menção a ‘português de Angola’, embora tenhamos formas de nomeação, mesmo que indiretas, de um português que seria próprio de Angola, impactado pelas dinâmicas locais. Nota-se uma mudança no texto de 1998, em que há explicitamente a nomeação da ‘variedade’ como ‘português DE Angola’ (reforço nosso na preposição “de”) e ‘angolano’.

Também se destaca a referência da autora aos termos ‘brasileiro’ e ‘crioulo’ (provavelmente o Caboverdiano, por ser uma das línguas crioulas que foram descritas preliminarmente, e sistematicamente, em relação às demais no contexto de colonização portuguesa), que já estariam consolidados como “novas realidades linguísticas”. O encadeamento desses itens lexicais, que evocam um contexto de *colonialidade* ao menos parcialmente compartilhado, ao lado de “estado embrionário”, dão conta de sua percepção do processo de desenvolvimento como inevitável. Também se acentua, no segundo fragmento, o lugar social dela entre os ‘angolanos’, inseridos, desde a independência, em dinâmicas de preservação e promoção do multilinguismo, ainda que atravessadas por intensas disputas e movimentos reversos. Como angolana, Mingas dialoga polemicamente com a literatura tradicional sobre o PA e outras ‘línguas’ do contexto *transatlântico*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos estudados permitem refletir sobre temas caros ao estudo da variação linguística e da mudança no contexto *transatlântico*, sobretudo os relativos aos processos de interação e intercompreensão entre sujeitos social e linguisticamente diferentes. Acreditamos que a terminologia que eles trazem é uma parte muito saliente dos valores postos em jogo nos trabalhos dessa natureza.

Nas duas produções examinadas, vimos estudiosos da linguagem que tiveram a percepção de diversificação e mudança (no século XIX, no PB; no XX, no PA) e as

codificaram de modos notadamente diferentes, seja quando observamos os processos descritivos e sua fundamentação (no caso brasileiro, muito mais intuitiva e menos especializada que no angolano), seja quando observamos atitudes em face das ‘línguas’, de seus ‘falantes’, de formas de vida e de organização social.

As análises aqui desenvolvidas nos levaram a distinguir, preliminarmente, para a continuidade do projeto, eixos terminológicos que parecem produtivos para examinar tensões da *modernidade/colonialidade* em diferentes fontes e elaborar um futuro vocabulário *descolonial*. Assim, provisoriamente, pensamos nos eixos exemplificados, a partir das fontes aqui analisadas, a seguir:

- *dos sujeitos*: ‘negro’, ‘preto’, ‘africano’, ‘índio’, ‘gente culta’, ‘brasileiro’, ‘angolano’, ‘gente baixa’.
- *das entidades linguísticas*: ‘língua’, ‘variedade’, ‘dialeto’, ‘crioulo’, ‘língua nativizada’, ‘língua nacional’, ‘língua do colonizador’, ‘língua do colonizado’, ‘língua minoritária’, ‘língua oficial’, ‘língua portuguesa no Brasil/em Angola’, ‘português do Brasil/de Angola’, ‘português brasileiro/angolano’, ‘português popular’, ‘português padrão’.
- *dos processos*: ‘expansão’, ‘derivação’, ‘formação’, ‘movimento’, ‘modificação’, ‘interferência’, ‘influência’, ‘contribuição’.

Ao longo do tempo, foi desenvolvida uma terminologia ampla para lidar com a *história linguística transatlântica*. Essa terminologia, em geral assimilada junto de modelos do norte global, mostra oscilações, imprecisões, impasses, disputas teórico-metodológicas, atenção a certos tipos de dados/fenômenos (e não a outros) – questões de interesse central para a Historiografia Linguística. Essa terminologia também mostra ocultações (‘língua portuguesa’, ‘língua nacional’), generalizações (‘contribuição africana’), classismo (‘popular’, ‘baixa’), estabelecidos fundamentalmente a partir da chamada linha de cor. Esse léxico ilustra preconceitos que os estudos da linguagem e das línguas ajudaram a construir e/ou difundir e que se sedimentam na arena social mais ampla – o que motiva esta abordagem *descolonial*.

No viés *descolonial* amplo que aqui ensaiamos, o caso de Mingas, em especial, permitiu acompanhar uma articulação inspiradora, sob contingências específicas, entre a produção de conhecimento especializado e a atitude de resistência política (também) a partir da (meta-)linguagem e da Linguística.

Os exercícios visaram promover uma aproximação entre dois atores e dois contextos de produção afastados no tempo e no espaço, mas aproximáveis dos pontos de vista dos processos linguísticos examinados e da história colonial. Trata-se de ilustrações preliminares, e em estágios diferentes de desenvolvimento, da maneira como pretendemos contextualizar e examinar fontes para a história linguística transatlântica, e de como procuraremos destacar e examinar termos de possível interesse para a nossa investida *descolonial*, que quer, fundamentalmente, a partir da atenção à (meta-)linguagem, permitir rever atitudes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. S. Epistemicídio. In: LANDULFO, C., MATOS, D. (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens*. Decolonialidades e epistemologias outras. Campinas: Pontes, 2022, p. 163-175.
- ALVES, L. *Significações de ser branco*. A brancura no corpo e para além dele. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANTONACCI, M. A. M. *Memórias ancoradas em corpos negros*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2015.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. [Trad. Eni Puccinelli Orlandi]. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

- BAPTISTA, L. Colonialidade da linguagem. In: LANDULFO, C., MATOS, D. (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens*. Decolonialidades e epistemologias outras. Campinas: Pontes. 2022, p. 51-58.
- BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (org.). *Psicologia social do racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento. 6ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2ª. ed., 3ª. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BOTELHO, G. R. Branquitude. In: LANDULFO, C., MATOS, D. (orgs.). *Suleando conceitos e linguagens*. Decolonialidades e epistemologias outras. Campinas: Pontes. 2022, p. 33-41.
- CARDOSO, L. *O branco 'invisível'. Um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- COELHO, O. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [en linea], (47), p.139-160, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641269008>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- COELHO, O. O Português do Brasil em Macedo Soares (1838-1905). *Límite*. Revista de estudios portugueses y de lusofonia. Universidad de Extremadura, nº 6, p. 199-215, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10662/8414>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- COELHO, O.; FINBOW, T. Apontamentos para uma história linguística transatlântica e descolonizada do português do Brasil: o contato e a diversidade em foco In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (orgs.). *História das Línguas, Histórias da Linguística*. Homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2020, p. 61-84.
- DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folk*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007 [1903].
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008[1952].
- GROSGOQUEL, R. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking and global coloniality. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. I, n. 1, p. 1-38, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- GROSGOQUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 63-77.
- JESUS, C. M. Branquitude x branquidade. Uma análise conceitual do ser branco. *Encontro Baiano de Estudos em Cultura UFRB*, 3, 2012, [s.n.]. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%c3%83%c3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2022.
- LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LOPES 2020
- MACEDO SOARES, A. J. de. Estudos lexicográficos do dialecto brasileiro IV: “Sobre algumas palavras africanas introduzidas no portuguez que se fala hoje no Brazil”. *Revista Brasileira*, tomo IV, 2, p. 243-271, 1880.
- MACEDO SOARES, A. J. *Diccionario brasileiro da lingua protugueza*: elucidario etimologico critico das palavras e frases que, originarias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vem com forma ou significação diferente. [Colligido, rev. e complementado por Julião Rangel de Macedo Soares]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954[1875-1888].
- MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e estado.*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080/5456>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- MALDONADO-TORRES, N. El pensamiento filosófico del ‘giro descolonizador’. In DUSSEL, E., MENDIETA, E., BOHORQUEZ, C. (eds.). *El pensamiento filosófico latino-americano, del Caribe, e “Latino” (1300-2000)*. Mexico D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 683-697.
- MALDONADO-TORRES, N. 2020. Analítica da colonialidade e da decolonialidade. Algumas dimensões básicas. In BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R.

- (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2ª. ed., 3ª. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-53.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012[1933].
- MIGNOLO, W. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, p.187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica*. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- MINGAS, A. A. Português em Angola: reflexões. *VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa*. Comunicação oral. 1998. Disponível em <https://ameliamingas.org/s/Portugues-em-Angola-Reflexoes.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2022.
- MINGAS, A. A. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Porto: Campo das Letras, 2000.
- NASCIMENTO, G. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala. Marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, no. 60.1, 2021, p. 58-68. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661808>. Acesso em 20 de maio de 2022.
- NASCIMENTO, G. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racista nos estudos da linguagem. In *Polifonia*. Cuiabá-MT, v.27, n.46, p. 01 a 235, abr.-jun., 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/9560>. Acesso em 26 de maio de 2020.
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. *Revista de estudos da linguagem*, v.20, n.2, p. 309-342, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2752/2707>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, 2020
- PEIXOTO, A. C. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira e acompanhado de comentário filológico de Edmundo Correia Lopes. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945[1731/1741].
- PETTER, M. A presença de línguas africanas na América Latina. *Linguística*, v.26, p. 78-96, 2011. Disponível em: http://mundoalfal.org/sites/default/files/revista/26_linguistica_078_096.pdf. Acesso em 28 de maio de 2022.
- PINTO, E. P. *O português do Brasil textos críticos e teóricos*. Vol. 2 (1920/1945). Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/ EDUSP, 1981.
- PINTO, E. P. *O português do Brasil textos críticos e teóricos*. Vol. 1 (1820-1920). Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/ EDUSP, 1978.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositivo*, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em 29 de maio de 2022.
- RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.
- RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial*. Fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.
- SANTOS, B.; MENESES, M.P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, W. S. *A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro*: um capítulo da história dos contatos no Brasil. Tese de doutorado. Departamento de Linguística/FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-10032021-184821/pt-br.php>. Acesso em: 29 de maio de 2022.
- STOLZE, I. O conceito de língua geral de Mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico. *Revista do GEL*, v.18, n.3, p. 143-168, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3277/2064>. Acesso em 29 de maio de 2022.

Recebido: 31/1/2022

Aceito: 3/4/2022

Publicado: 14/6/2022